



Brasília-DF, 30 de junho de 2026

## Centrais sindicais intensificam mobilização pela redução da jornada e pelo fim da escala 6x1

Entenda como as centrais sindicais lutam pela redução da jornada de trabalho e seus impactos na qualidade de vida dos trabalhadores.



As principais centrais sindicais do país reforçam a campanha nacional em defesa da redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução salarial, e pelo fim da escala 6x1.

A mobilização ganhou força após a aprovação da proposta na Câmara dos Deputados, em maio de 2026, e agora concentra esforços para que o Senado Federal conclua a tramitação da medida.

O cartaz destaca que a mudança representa um avanço para trabalhadores, empresas e para o desenvolvimento do país, ao promover mais qualidade de vida, fortalecer a saúde e a convivência familiar, ampliar oportunidades de formação e lazer, além de contribuir para a redução de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.

Segundo as entidades, a redução da jornada também favorece o aumento da produtividade, estimula a inovação e pode impulsionar a geração de empregos, consolidando uma das principais pautas do movimento sindical brasileiro.

**REDUÇÃO DA JORNADA E FIM DA ESCALA 6X1 SEM REDUÇÃO SALARIAL**

Em 26 de maio de 2026 Centrais Sindicais, Confederações, Federações, Sindicatos e o movimento social celebraram a aprovação na Câmara dos Deputados, por 461 votos favoráveis e 19 contrários, da PEC que reduz a jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução salarial, e estabelece o fim da escala 6x1. Essa vitória histórica para a classe trabalhadora brasileira, resultou de um processo de diálogo e negociação com os deputados e deputadas e como Governo Federal, sob a liderança do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Presidente da Câmara dos Deputados Hugo Motta, que conferiram prioridade a essa pauta. Agora é a vez do Senado Federal mostrar que também está do lado das trabalhadoras e dos trabalhadores! Estamos confiantes de que o pre-

sidente do Senado Davi Alcolumbre terá a sensibilidade e a sabedoria necessárias para conduzir a aprovação definitiva desses direitos fundamentais.

**A REDUÇÃO DA JORNADA GARANTIRÁ:**

- ✓ SAÚDE
- ✓ FAMÍLIA
- ✓ FORMAÇÃO
- ✓ LAZER
- ✓ DESCANSO

A PEC assegura aos setores econômicos oportunidade e tempo para adaptação e transição, prevê a redução da jornada de forma compatível com as transformações do mundo do trabalho e fortalece a negociação coletiva para tratar da diversidade da realidade setorial.

**É POSSÍVEL E NECESSÁRIO**

**A REDUÇÃO DA JORNADA:**

- ✓ AUMENTA PRODUTIVIDADE
- ✓ INCENTIVA A INOVAÇÃO
- ✓ QUALIFICA O TEMPO DE TRABALHO
- ✓ REDUZ ACIDENTES E DOENÇAS OCUPACIONAIS
- ✓ GERA NOVOS EMPREGOS

São avanços que fortalecem o desenvolvimento nacional com soberania, inclusão social e valorização do trabalho.

**A redução da jornada beneficia trabalhadores, empresas e o Brasil. Todos ganham!**

**SERGIO NOBRE** presidente da CUT  
**MIGUEL TORRES** presidente da Força Sindical  
**RICARDO PATAH** presidente da UGT  
**ADILSON ARAUJO** presidente da CTB  
**ANTONIO NETO** presidente da CSB  
**SONIA ZERINO** presidente da NCST  
**NILZA PEREIRA** secretária-geral da Intersindical  
**JOSÉ GOZZE** presidente da Pública  
**LUIZ ARRAES** coordenador-nacional do FST

**CUT** **FORÇA SINDICAL** **UGT** **CTB** **CSB** **NCST** **INTERSINDICAL** **PÚBLICA** **FST**

Cartaz publicado nos jornais Folha de S. Paulo e o Estado de São Paulo no dia 29/6/2026

Fonte: Rádio Peão Brasil

## Senado promove debate sobre PEC que reduz jornada de trabalho e extingue escala 6x1



Sessão temática reunirá parlamentares e especialistas para discutir os impactos da proposta no mercado de trabalho

O Senado Federal realizará, na próxima quarta-feira (10), uma sessão de debates temáticos para discutir a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 221/2019), que prevê a redução da jornada semanal de trabalho e a substituição da escala 6x1 por um modelo com dois dias de descanso.

Brasília-DF, 30 de junho de 2026

A iniciativa busca ampliar o diálogo sobre os possíveis efeitos da medida nas relações de trabalho, na produtividade das empresas, na geração de empregos e na atividade econômica. A proposta já foi aprovada pela Câmara dos Deputados, em 27 de maio, e aguarda análise dos senadores.

Pelo texto aprovado pelos deputados, a jornada máxima passaria de 44 para 40 horas semanais, com implantação gradual da nova sistemática ao longo de 14 meses, garantindo dois dias de repouso semanal.

A realização da sessão atende ao Requerimento (REQ 414/2026), aprovado pelo Plenário do Senado, de autoria dos líderes dos blocos parlamentares Aliança, Vanguarda, Pelo Brasil e Democracia.

Na justificativa do pedido, os parlamentares afirmam que o debate permitirá avaliar os impactos sociais, econômicos e produtivos da proposta, oferecendo subsídios para que o Congresso Nacional examine a matéria de forma equilibrada e responsável, considerando seus reflexos sobre trabalhadores, empregadores e o mercado de trabalho brasileiro.

(Com informações da Agência Senado de Notícias)

Fonte: Diap

## Centrais sindicais lançam campanha solidária à Venezuela

*Centrais sindicais lançam campanha de solidariedade para apoiar vítimas dos terremotos na Venezuela. Saiba como ajudar.*

As centrais sindicais lançaram no sábado (26) uma campanha de solidariedade em apoio à população da Venezuela, afetada por uma série de fortes terremotos registrados desde a última quarta-feira. A iniciativa tem como objetivo arrecadar doativos para auxiliar as famílias atingidas pela tragédia. A informação foi divulgada em nota pelas centrais e repercutida no PAINEL da Folha de S.Paulo.



Na nota, os organizadores destacaram que a solidariedade internacional faz parte da trajetória do movimento sindical.

“A solidariedade internacional é um valor histórico do movimento sindical. Neste momento de dor e sofrimento, cada gesto de apoio pode fazer a diferença para milhares de famílias venezuelanas”, afirma o comunicado da campanha.

Leia aqui a nota

### SOLIDARIEDADE À VENEZUELA:

#### Centrais sindicais conclamam entidades a organizarem arrecadações urgentes

As centrais sindicais brasileiras, confederações, federações e sindicatos lançam uma campanha de solidariedade em apoio ao povo venezuelano, atingido por fortes terremotos desde o dia 24 de junho.

A tragédia, que afetou regiões próximas à fronteira com o Brasil, provocou a destruição de residências, hospitais, estradas e serviços essenciais, deixando mortos, feridos e milhares de desabrigados.

Diante deste cenário de emergência humanitária, conclamamos todas as entidades sindicais a se mobilizarem e organizarem campanhas de arrecadação de doativos destinados à população venezuelana.

As doações podem incluir:

- Alimentos não perecíveis e água potável;
- Kits de primeiros socorros e medicamentos básicos;
- Artigos de higiene pessoal;
- Fraldas e artigos para bebês;
- Ração e medicamentos para cães e gatos;
- Barracas, lonas, cobertores, colchões e roupas limpas;
- Lanternas, pilhas, baterias e carregadores portáteis.

A solidariedade internacional é um valor histórico do movimento sindical. Neste momento de dor e sofrimento, cada gesto de apoio pode fazer a diferença para milhares de famílias venezuelanas.

São Paulo, 27 de junho de 2026

Sérgio Nobre, presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores)

Miguel Torres, presidente da Força Sindical

Ricardo Patah, presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores)

Adilson Araújo, presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil)

Antonio Neto, presidente da CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros)

Sonia Zerino, presidente da NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores)

Nilza Pereira, secretária-geral da Intersindical

José Gozze, presidente da Pública

Atnágoras Teixeira Lopes, Secretário Executivo da CSP-Conlutas

Emanuel Melato, presidente da Intersindical Instrumento de Luta

Luiz Arraes, coordenador-nacional do FST (Fórum Sindical de Trabalhadores)

Fonte: Rádio Peão Brasil

**Brasília-DF, 30 de junho de 2026**

## Pobreza recua ao menor nível em mais de uma década

*Avanço do emprego e das políticas de transferência de renda reduzem contingente da população de menor renda, mas desigualdade segue como desafio estrutural*



A melhora do mercado de trabalho, o aumento da ocupação e o fortalecimento das políticas de transferência de renda reduziram significativamente o número de brasileiros nos segmentos sociais de menor renda.

Levantamento da consultoria 4Intelligence mostra que, em 2025, a população enquadrada nos segmentos D e E caiu para 19,4% do total do País. O menor percentual desde o início da série histórica, em 2012.

O contingente representa cerca de 41 milhões de pessoas que vivem em domicílios com renda per capita de até R\$ 760 por mês. Há pouco mais de uma década, esses segmentos correspondiam a 31,6% da população.

Durante a pandemia de covid-19, em 2021, chegaram ao pico de 34%, refletindo os efeitos da crise sanitária sobre emprego, renda e atividade econômica.

A reversão desse quadro, observada principalmente a partir de 2023, coincide com a recuperação do mercado de trabalho, a ampliação das políticas sociais e o fortalecimento de programas de transferência de renda, especialmente o Bolsa Família.

### Emprego e renda explicam avanço

Segundo o economista Bruno Imaizumi, responsável pelo estudo, o principal fator para a redução dos segmentos de menor renda foi a combinação entre o baixo desemprego — em patamares historicamente reduzidos — e a ampliação da proteção social às famílias mais vulneráveis.

O aumento da formalização do emprego, a valorização do salário mínimo e a recuperação gradual da

atividade econômica também contribuíram para ampliar a renda das famílias, permitindo que milhões de brasileiros migrassem para faixas intermediárias de rendimento.

Apesar da melhora, o pesquisador alerta que boa parte dessa população ainda permanece em situação de vulnerabilidade. Muitas famílias ascenderam socialmente, mas ainda dispõem de pouca capacidade de poupança e continuam sensíveis às oscilações da economia, da inflação e do mercado de trabalho.

Em outras palavras, a mobilidade social observada nos últimos anos ainda depende da manutenção do crescimento econômico, da geração de empregos e da continuidade das políticas públicas de proteção social.

### “Classe média” amplia participação

A principal beneficiária desse movimento foi a chamada “classe média”.

Os segmentos C1 e C2 passaram a reunir 56% da população brasileira, totalizando aproximadamente 119 milhões de pessoas. O segmento C1 concentra cerca de 43,8 milhões de brasileiros, com renda domiciliar per capita de até R\$ 2.825, enquanto o C2 reúne 75,3 milhões de pessoas, com renda de até R\$ 1.852 por integrante da família.

Também houve crescimento dos segmentos de renda mais elevada. O segmento A passou de 2,7% da população, em 2012, para 3,8% em 2025, reunindo mais de 8 milhões de brasileiros com renda domiciliar per capita superior a R\$ 7.989. Os segmentos B1 e B2 somam cerca de 44 milhões de pessoas, o equivalente a 20,8% da população.

### Desigualdade continua elevada

Embora os indicadores revelem redução da pobreza e maior mobilidade social, os dados também evidenciam que a concentração de renda continua sendo uma das principais características da sociedade brasileira.

Enquanto os brasileiros dos segmentos D e E vivem, em média, com renda domiciliar per capita de R\$ 453 mensais, o rendimento médio do segmento A alcança R\$ 14.214 por pessoa. Diferença de aproximadamente 31 vezes.

Esse contraste demonstra que a melhora das condições de vida dos estratos mais pobres não foi suficiente para reduzir de forma significativa a distância que separa os diferentes segmentos de renda no País.

Assim, o levantamento da 4Intelligence aponta cenário de avanços importantes na redução da pobreza e na ampliação da “classe média”, mas

**Brasília-DF, 30 de junho de 2026**

reforça que o desafio da desigualdade permanece no centro da agenda econômica e social brasileira.

A consolidação dessa mobilidade dependerá da continuidade do crescimento econômico, da geração de empregos de qualidade e de políticas públicas capazes de sustentar o aumento da renda das famílias mais vulneráveis.

Fonte: Diap

## Dois projetos - João Guilherme Vargas Netto



O movimento sindical brasileiro tem dois projetos (aceitem o termo) para este segundo semestre de 2026 (entremado, é óbvio, pelas campanhas salariais das datas-bases das categorias respectivas): a luta pela redução constitucional da jornada e as eleições gerais de outubro.

Após a vitória esmagadora na Câmara dos Deputados a PEC da redução deve ser votada no Senado. É preciso, portanto, que o movimento sindical tenha como primeiro e imediato projeto fazer avançar sua discussão e fazer aprovar a PEC no Senado.

Para tanto, é preciso, aumentar a pressão sobre os senadores (até mesmo porque os adversários buscam confundir e atrasar a votação) com visitas, conversas e manifestações.

O segundo projeto é a participação nas campanhas eleitorais e nas votações de outubro, que começa com o convite e recepção a pré-candidatos e a entrega a eles de nossa pauta.

É preciso que cada entidade organize discussão sobre o tema e cada ativista comece já a fazer a pré-campanha para os candidatos sensíveis, aderentes e empenhados nos temas da pauta sindical.

Este projeto se associa ao primeiro no caso das eleições para senadores com a discussão sobre a redução da jornada sendo levada a todos os pré-candidatos.

Mesmo que ainda não se tenha os números dos candidatos a cargos legislativos (porque os cargos executivos têm o número do próprio partido) é preciso desde já fazer a "cola" do voto e se empenhar nas campanhas e nas eleições.

*João Guilherme Vargas Netto é consultor sindical*

Fonte: Agência Sindical

## NR-1: STF suspende por 90 dias multas ligadas à saúde mental no ambiente de trabalho

*André Mendonça mantém exigências da NR-1, mas impede punições enquanto governo, empresas e trabalhadores buscam consenso sobre a norma*

REUTERS/Ueslei Marcelino



O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a suspensão, por 90 dias, das punições previstas na Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1) relacionadas aos riscos psicossociais no ambiente de trabalho.

A decisão impede que empresas sejam multadas ou autuadas com base nesses dispositivos enquanto o Supremo tenta construir um acordo entre governo, empregadores e representantes dos trabalhadores.

A liminar não revoga as novas obrigações previstas na norma. As empresas continuam obrigadas a considerar fatores que possam afetar a saúde mental de seus funcionários, mas, durante o período de suspensão, esses critérios não poderão servir de fundamento para sanções administrativas.

A decisão atende parcialmente a uma ação apresentada pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen).

### O que muda na prática

Na prática, fiscais do trabalho ficam impedidos de aplicar multas, notificações punitivas ou outras medidas coercitivas baseadas exclusivamente nos trechos da NR-1 que tratam dos riscos psicossociais.

Essas diretrizes seguem válidas como referência para o gerenciamento de riscos ocupacionais, mas sua aplicação terá caráter orientativo até que o impasse seja discutido.

O caso foi encaminhado por Mendonça ao Núcleo de Solução Consensual de Conflitos (Nusol) do STF. O objetivo é reunir representantes do governo federal, do setor produtivo e de outros interessados para discutir ajustes na regulamentação. O prazo inicial das negociações também será de 90 dias.

Fonte: InfoMoney